

MINAS GERAIS

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 20/06/2020, e considerando que o processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CESEJUSP-PA Nº 025/2019, com extrato publicado no Diário Oficial Estadual de 12 de abril de 2019, bem como no Parecer nº 758/GC/SEJUSP SEJUSP/NUCAD, PROCD 2023, aplica a pena de suspensão a BEM DO SERVIDOR PÚBLICO, em ocupação RAFAEL BARBOSA DOS SANTOS – MASP 1.383.428-8, o acusado do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissível I, lotado no Presídio de Governador Valadares à época dos fatos, conforme o disposto no artigo 2º do Código de Processo Penal, e disposto no art. 126, incisos V e VI, art. 217, inciso IV, c/c arts. 254, parágrafo único, 246, inciso I, e art. 250, inciso I, todos da Lei 869, de 1952, e no artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins iminentes de interesse público a publicação na página do processo acima qualificado e do advogado Elton Tecchio Junior OAB/MG 141.846. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2019, a publicação desta decisão não constitui ato de natureza jurídica de lei (decreto) ou ato administrativo (portaria).

De 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à DCLTAP para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP - 6 de janeiro de 2024.
Regênio Grego

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 8.675/1990, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PA nº 075/2022, com extrato publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer nº 1035/CGE-Cset SEJUSP/NUPA nº 102/2022, apud nota nº 102, publicada em 20 de fevereiro de 2022, e considerando o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 7.942/1990, resolve:

PÚBLICO aos processos LJUD ANTONIO COSTA OLIVEIRA - MaSP 1.440.621.92, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I; WILLIAM DE MOURA SILVA - MaSP 1.449.661-6, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão II; LUIZ CARLOS DA SILVA - MaSP 1.450.327-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I; LOTANES na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por insuficiência de provas para a caracterização da falta;

PÚBLICO aos autos, parágrafo único do art. 246, incisos I e II, e art. 250, incisos, I e V, e VI, todos da Lei 869, de 1952. ADITE ARQUIVA os autos em favor dos servidores ALISSON SANTANA SIMÕES - MaSP 1.447.649-3, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I; LUIZ CARLOS DA SILVA - MaSP 1.447.646-9, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I, também lotados na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considere-se para fins de intimação e publicação desta decisão o primeiro dia útil seguinte ao da assinatura e dos advogados WARLEN FREIRE ABRAMO OAB/MG 113.336, BRUNO DAS CÂNDIDAS OAB/MG 116.775, Adriano Barbon Guimarães OAB/MG 60.021, Anne Caroline A. Santos OAB/MG 189.466 e Maurílio de Almeida Figueiredo OAB/MG 175.911, inscritos no Conselho Seccional da OAB da 1ª Região, para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de (10) dias. Determina o envio de copia do DECIDIDO à SJLUT para conhecimento e providências.

Rogério Grego
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 86/1952, de 18 de março de 1952, resolve:

POR FAVOR, O PORTANTE DO PARECER Nº 007/2024-SEJUS/PAD Nº 174/2022, com extrato publicado no Diário Oficial do SEJUS em 11 de maio de 2022, bem como no Parecer nº 1096/CGE/CSct. SEJUS/NUCAD PRO/2023, aplicando a penalidade SUSPENSÃO de (2) dois dias aos processados GABRIEL DA SILVA LOPES, brasileiro, todos da RA 154.093-8, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I, lotado na Pentacúrcula de Patrocínio I à época dos fatos, com fundamento no art. 254, inciso III, por insubordinação do disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº 13.964/2017, e no artigo 1º, parágrafo único da Lei 86/91 de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, e do Código de Processo Civil, considere-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor datilografado no art. 216, inciso VI c/c do art. 219 da Lei nº 86/1952, de 18 de março de 1952.

LEI Estadual nº 14.184, de 2002, e prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determine o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUS, 15 de janeiro de 2024.

Rogério Grego
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1950, considerando o relatório do Promotor Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/CSET - SE/249/PAD nº 03/20202, com extrato publicado no Diário Oficial do Estado de 2 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer nº 1090/CGJ/CSET/SE/2020/NUCAD/PAD, contra o processo administrativo, SÚMULA nº 10, (de 10) do processo ISRAEL DE SOUZA HENRIQUE - MASP nº 1.344.637-2, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, e SUSPENSÃO nº 20 (vinte) dias ao processado, em virtude de não comparecimento ao trabalho, em decorrência do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotados na Penitenciária de Ponte Nova há 1 época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância o disposto no par. 216, inciso III, do VET nº 132, inciso II, do Código de Processo Civil, e no art. 272, § 1º, inciso I, do Código de Processo Civil, considera-se parciais em fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e o advogado Bruno Costa de Moraes OAB/PA nº 117.785, conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 14 de maio de 2013, e art. 13, inciso II, do Código de Processo Civil, (de 10) (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SUILO/P para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEUSP, 10 de janeiro de 2024.

Rogério Grego

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 8.952, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 007.689/2012, e tendo em vista o Parecer nº 11.011/GCE/SEJUSP nº 379/2012, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 7 de outubro de 2012, bem como no Parecer nº 11.011/GCE/SEJUSP/NUCAD ProC-2013, aplica a penalidade de REPRENSÃO ao servidor público MANEJO LUIZ JOSÉ DE MASPÊ, 386/06, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciária, admissão I, lotado na Penitenciaría de Contagem I - Nelson Hungria à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso II, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c arts. 245, caput, todos da Lei 8.969, de 1992. Nos autos, não há qualquer fato ou circunstância que possa servir para fins de extinção a presente publicação na pessoa do processado, uma vez que se trata de ato administrativo disciplinar, não havendo qualquer conflito de o advogado Gabriel Cândia R. Soares OAB/MG 120.029 conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2012, nos termos apontados pelo parecer de recomposição jurídica de 10 de dezembro de 2012, emitido pelo doutor DIFRANCESCO A. SULTON para conhecimento e providências.

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DIÁRIO DO

**EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CETJ - SEJUSP/PAD Nº 007/2024**

Processo Administrativo Disciplinar: Processos: G.V.A.A. MaSP
1.103.443-6 e A.R. MaSP 1.532.893-0, Agentes de Segurança
Penitenciária. Comissão Proponente: Presidente: Helberth Freire
Coutinho; Membros: Evandro da Silva Soares e Danielle Rocha
Ferreira.

Belo Horizonte, SEJUSP/ 09 de janeiro de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

**EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CETJ - SEJUSP/PAD Nº 008/2024**

Processo Administrativo Disciplinar: Processos: C.E.S.O. MaSP
1.242.178-0, Assistente Executivo de Defesa Social e P.A.V.O.
MaSP 1.242.171-5, Agente de Segurança Penitenciária. Comissão
Proponente: Presidente: Sônyo Andrade Rodrigues; Membros: Mônica
Estêves Pereira e Moreira e Jânice Fimbre de Oliveira.

Belo Horizonte, SEJUSP/ 09 de janeiro de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 425/2012 SANZIO ANDRADE RODRIGUES, conforme PORTARIA/NUCADA/SECT - SEUS/SPAD Nº 425/2012, publicada no Diário do Poder Judiciário de 19/05/2012, resolve convocar para o processo do nº 2012 225 u/jsc do I Estadal 869/52 de 05 de junho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Instanciada:

1º RISP AR - PAULO ALBERTO RODRIGUES, nº 301, Bairro Itaborauna - Montes Claros - MG, CEP 39401-063 (Telefone 33898554-E-mail: corregedoral1risp@gmail.com, nos dias úteis, das 08:00 as 17:00, e no sábado, das 08:00 as 12:00).

2º JORNALISTA - JIMINAS GERALDES, em face de pessoalmente, tomar conhecimento do Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, apresentar alegações jurídicas, apresentar defesa, e apresentar a defesa e defesa para os fatos e atribuições que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, inciso I, do Estatuto da Magistratura, e no artigo 231, inciso I, das regras nos forma da LE 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades esculpidas no art. 244, incisos I e III do referido Diploma Legal; sob pena de REVELIA.

ATIMADO: PAULO ELIPIHIO QUEIREZA CORREIA MASP

1.366.355-4

Sânzio Andrade Rodrigues
Masp: 1.377.202-5
Presidente de Comissão

**Secretaria de Estado
de Meio Ambiente
e Desenvolvimento
Sustentável**

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato publicado em 27/12/2023, torna público os argumentos dos processos de Licenciamentos Ambientais abaixo identificados:

- Licença Prévia Concessão, Licença de Instalação e Licença de Operação – LP/LI/LO (LACI):
 - (a) Imobiliaria e Empreendimentos Residenciais: Instalações de sistemas residenciais, postos futuros de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Manhauçu, Cajuru/ MG, PR nº 2324/2023. Classe 4 Motivo: Impossibilidade técnica.
 - (a) Lidiane Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato publicado em 27/12/2023.

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro sobre identificada, com decisão pelo deferimento:1) Município de Tocantins, Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Tocantins/MG, PA S/LA nº 24/2024, com validade até 08/01/2034, (a)luciane Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato publicado em 27/12/2023, torna público que foi concedida a Licença Ambiental aberta identificada como:

1. Município de Silvânia, Estação de tratamento de esgoto sanitário; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto, Silvânia/MG, PA nº 4420/2023, Classe 2, CREDICAM COM CONDICIONANTE, Válida até 29/01/2034, 2. Acrel Primaveras, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Silvânia/MG, PA nº 4421/2023, Classe 2, CREDICAM COM CONDICIONANTE, Válida até 29/01/2034, 3. Empresa de Cuiabá, Estrada para transporte de minério/estéril entre as limites de empreendimentos minerários, Rio Novo/MG, PA nº 2475/2023, Classe 3, CONDICIONADA COM CONDICIONANTE, Válida até 04/01/2030; 4. Essencial Minas Ltda, Lava a céu aberto - Rocha Verde, Lavagem e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Antônio Prado de Minas/MG, PA nº 2608/2023, Classe 2, CONDICIONADA COM CONDICIONANTE, Válida até 04/01/2030.

(a) Lidiane Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

10 1895420 - 1

EXECUTIVO

Pauta da 18ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM): Data: 25 de janeiro de 2024, às 14h.

Endereço virtual da reunião:

<https://www.youtube.com/channel/UCUu1IAH46zmb9y3Cj3d4w>

1. Apresentação da pauta da reunião;
2. Execução do Hino Nacional Brasileiro;
3. Comunicados dos Conselheiros;
4. Comunicado da Secretaria Executiva;
5. Exame da Ata da 18ª RO de 2023;
6. Minuta de Deliberação Normativa COPAM para 2024 e deliberação;
- 6.1 Minuta de Deliberação Normativa COPAM que define as diretrizes para implementação, operacionalização e monitoramento dos sistemas de licenciamento ambiental, em âmbito estadual, e alteração da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017 - Processo SEI nº 2090.01.0003.190.2023-74. Apresentação: Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) RETORNO DE DEBATE
- 6.2 Minuta de Deliberação Normativa COPAM que altera a Deliberação da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG), João Carlos de Melo representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Monique Sant Ana Pinto de Arruda representante da Associação Nacional do Estado de Minas Gerais (ANEMG), Henrique da Silva representante da Associação Nacional de Engenharia e Arquitetura (ANEA), Damião Sousa representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Alexandre Henriques de Souza Lima representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-MG), Elide Gomes representante da Associação Nacional de Municípios Brasileiros (ANMB) de Minas Gerais (Crea/MG), Ronaldo Costa Sampaio representante da Associação Mineira Lixo Zero (Amlioz) e Junio Magalhães Alexandre representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do

8. Processo Administrativo para exame de recurso do Estado de Minas Gerais

7.1. Magistra Refratários S/A - Barragem de rejeitos/resíduos (Tanque de Decantação II) - Contagum/MG - PAC/AP/Nº 438.045/Infra de Fomento e Representação: Adriano de Almeida Infrate da Fazenda Nacional - RETORNO DE VISTA pelo conselheiro Municipal Antônio Aarão Pinto de Arruda representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e João Carlos de Melo representante do Instituto Brasileiro de Minederação (IBRAME).

8. Processo Administrativo para exame de recurso de exclusão de condicionante da Licença Prévia concomitante à Licença de Instalação e a Licença de Operação

7.1. Associação Condicionária de Rodovias S/A - Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias - Curvelo, Corinto, Augusto de Lima, Leopoldina, São José do Rio Preto, São João del-Rei, São Sebastião do Claro/MG - PA/Nº 18176/2018/0001-2019 - Processo SEI Híbrido nº 1370.01.0002254-2021-37 - (exclusão da Condicionante nº 04) - Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional/Fam RETORNO DE VISTA pelo conselheiro Nacional Alexandre Nascimento Manietta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG), João Carlos de Melo representante do Instituto Brasileiro de Minederação (IBRAME), Paulo Roberto de Oliveira representante da Associação Brasileira de Engenharia de Minas Gerais (ABEMGE), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Kathleen Garcia Nascimento representante Secretaria de Estado de Minas Gerais, Paulo Roberto de Oliveira representante Associação Mineira Lixo Zero (AmLiz) e Junior Zagalá Alexandre representante da Associação Ambiental e Cultural Jaelândia do Planeta.

8. Processo Administrativo para exame de recurso de exclusão de condicionante da Licença Prévia concomitante à Licença de Instalação e a Licença de Operação

7.1. Associação Condicionária de Rodovias S/A - Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias - Curvelo, Corinto, Augusto de Lima, Leopoldina, São José do Rio Preto, São João del-Rei, São Sebastião do Claro/MG - PA/Nº 18176/2018/0001-2019 - Processo SEI Híbrido nº 1370.01.0002254-2021-37 - (exclusão da Condicionante nº 04) - Classe 6. Apresentação: Diretoria de Gestão Regional/Fam RETORNO DE VISTA pelo conselheiro Nacional Alexandre Nascimento Manietta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG), João Carlos de Melo representante do Instituto Brasileiro de Minederação (IBRAME), Paulo Roberto de Oliveira representante da Associação Brasileira de Engenharia de Minas Gerais (ABEMGE), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Kathleen Garcia Nascimento representante Secretaria de Estado de Minas Gerais, Paulo Roberto de Oliveira representante Associação Mineira Lixo Zero (AmLiz) e Junior Zagalá Alexandre representante da Associação Ambiental e Cultural Jaelândia do Planeta.

8. Encerramento.

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Câmara Normativa
e Recursal do Conselho Estadual de Política Ambiental

10 1895430 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

LAS-RAS: 1) Município de Martinho Campos- ETE Albert Isaacson, Estação de tratamento de esgoto sanitário, Martinho Campos/MG, Processo nº 2555/2023, classe 2. Motivo: não foi apresentado o documento autorizativo para intervenção ambiental, além da deficiência de documentação/estudos e divergências nas informações prestadas.

(a) Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS RAS: 1) Calcinação Minas Brasil Ltda, Fabricação de cal virgem, Córrego Fundo/MG, Processo nº 2347/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 09/01/2034.

(a) Kamila Esteves Leal, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

[illegible]

(a) Reunida Esteves Leão, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

LAS-RAS: 1) José Roberto Costa - Fazenda Córrego da Vassoura Mat. 44818, Sinuocultura, Formiga/MG, Processo nº 33/2024, Classe 2.

2) Silicôm Metais e Comércio Ltda., Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, Itaipava/MG, Processo nº 36/2024, Classe 3.

(a) Ramona Esteves Ecar. Círculo da Unidade Regional
de Regularização Ambiental Alto São Francisco

10 1895387 - 1

QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2024 – 11

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

A Coordenadora, designada para responder pela da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGA Alto São Francisco, conforme ato publicado no jornal *Minas Gerais*, dia 08/12/2023, no uso da competência estabelecida pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, **certificam** os interessados **avaliar** relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de uso de Recursos Hídricos.

“Processo nº 69645/2023. Usuário: Leiteipe Cooperativa Produtores Rurais de Pompa, Pompei. Defendido com condicionantes. Portaria nº 12901/2024. O Processo Administrativo encontra-se **IGAM**, para consulta e cópia na URGA Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estão disponíveis no site do **IGAM**, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 10 de Janeiro de 2024.

101895246 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGÁ, Noroeste de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria IGAM/2024/0001, nomeia para o cargo de Coordenador Regional de Gestão das Águas, URGÁ, o Sr. **André de Oliveira**, com base nas informações e nos dados constantes nos documentos e nas relações das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos.

Reificação: **André de Oliveira**, portaria IGAM/2024/0001, data 27/09/2024. **Nomeado**: **André de Outorgado**, **Albino**, **Pinheiro** **Marra**, CPF: 287 *****, **Coordenadas**: Latitude: 17°00'15.9", Longitude: 45°18'17.1". **Local-se**: Outorgado: **Alberto Pinheiro Marra**, CPF: 287 *****, **Município**: **Buritizete**, **MG**, **CEP**: 35.300.333, **Longitude**: 45°16'44.66".

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGÁ Noroeste de Minas dos dados contidos nas referidas informações e nos dados constantes nos documentos e nas referências. **Montes Claros**, 10 de Janeiro de 2024.

10.189094-1

A Coordenadora, designada para responder pela Unidade Regional de Gestão das Águas Uraguá Noroeste de Minas, conforme ato publicado no jornal Minas Gerais, data 22/12/2023, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2023, vem, por meio do presente, informar que os dados disponibilizados identificam os interessados acima relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Água, Não Conhecidos

Não conhecido o pedido de reconsideração do processo de outorga de direito de uso de água, requerente: Pablo Benedito Cariano Rabelo, CPF: 110.875.005. Motivo: o pedido de reconsideração não será conhecido nos termos do art. 37 do Decreto Estadual 47.705/2019.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na Uraguá Noroeste de Minas. Os dados constantes nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br

Unai, 10 de janeiro de 2024.

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas/URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral de Gestão da Região Administrativa do Estado das Águas - IGAM, por meio da Portaria IGAM nº 44 de 26 de setembro de 2023, identificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Processo de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Processo nº 160137/2023, Usuário: Sônia dos Anjos Gonçalves de Aguiar, Grão de Mogol, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600137/2023.

Processo nº 06186/2023, Usuário: Kátia Eveline Magalhães Cruz, Janaína, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600140/2024.

Processo nº 1600137/2023, Usuário: Sônia dos Anjos Gonçalves de Aguiar, Grão de Mogol, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1600140/2024.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGA Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estão atualizados até 16/01/2024, com o sistema do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Montes Claros, 10 de Janeiro de 2024.

A Chefe URA Norte de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 38 do Decreto Estadual nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, identificou os interessados, abrangeu e convocou os interessados, preferendo

*Processo nº 52965/2021, Usuário: Pedreira Salinas Ltda., Salinas, Deferido, Portaria nº 0600071/2024. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URA Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 10 de Janeiro de 2024.

Os Coordenadores das Unidades Regionais das Agências das Águas (URA), do Norte de Minas, Central Metropolitana, Alto São Francisco e Leste Mineiro, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam/MI nº 00001/2014, relaciona as decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Processo: 10.000/2013, Empreendedor: Haussion Antunes
Município: Juiz de Fora, Estado: Minas Gerais, Defêrdo: Portaria nº 00001/2014, *Processo: 53405/2013, Empreendedor: NSPS Atividades Agropecuárias Ltda, Município: Montalvânia, Estado: Indeferdo, Processo: 00003/2014, Município: Juiz de Fora, Estado: Minas Gerais, Juízo Agropastoral Ltda, Município: Papagaio, Estado: Indeferdo, Processo: 00003/2014, *Processo: 18439/2011, Empreendedor: Rio de Janeiro, Município: Juiz de Fora, Estado: Minas Gerais, Defêrdo: Portaria nº 00004/2014, *Processo: 52394/2011, Empreendedor: Dragagem Avelar Extrações e Comércio de Áreas Ltda, Município: Betim, Estado: Minas Gerais, Defêrdo: Portaria nº 00004/2014, *Processo: 52394/2011, Empreendedor: Dragagem

[illegible]

Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 10 de Janeiro de 2024.

10 1895239 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202401110019180111.